

O psicólogo na escola: Factores condicionantes e sentido geral da intervenção (*)

ANA CARITA (**)

A intervenção do psicólogo educacional em contexto escolar é obviamente condicionada por uma multiplicidade de factores dos quais nos permitiríamos destacar, por um lado, a situação social e a história da própria psicologia e, por outro lado, a realidade da instituição escolar, bem como desta e daquela escola em particular.

A formação, referências teóricas e teórico-práticas, experiência, convicções do próprio psicólogo, a pessoa que ele é e a dinâmica da equipa em que se insere, são também, é claro, importantes factores a determinar a natureza da intervenção.

Começemos por referenciar o primeiro conjunto de factores e apreciar algumas ilações que deles se retiram.

Assim, e no que toca à influência da situação social na direcção das práticas do psicólogo na Escola, basta que evoquemos a nossa experiência social recente, para detectarmos com clareza essa articulação.

Com efeito, podemos observar que, o aprofundamento da democracia e dos direitos humanos, veio colocar cada cidadão numa situação potencialmente mais e diferentemente beneficiadora dos Serviços Sociais em geral e dos Serviços de Psicologia em particular.

Alarga-se a população com acesso a esses serviços e espera-se destes, menos uma benemérita atitude de «prestação de cuidados a pobres e desvalidos», mas antes uma posição e um relacionamento mais consentâneo com o exercício de uma cidadania desenvolvida por parte dos seus clientes. No que toca ao sector da Educação, apesar das oscilações das economias, o desenvolvimento da democracia traduz-se exemplarmente, no combate pela igualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativos e repercute-se, por exemplo, numa população como as crianças com necessidades educativas especiais – habituais clientes dos psicólogos –, numa intervenção psicológica diferente. Trata-se agora de uma intervenção menos associada a práticas de selecção e segregação escolares e mais próxima de abordagens ecológicas e de respostas integradoras.

A intervenção do psicólogo na Escola é também marcada pela história da psicologia em geral e da psicologia educacional em particular. Esta, ao longo da sua história, viu-se confrontada com uma sucessiva acumulação de funções, elas próprias associadas ao evoluir das necessidades e oportunidades sociais e, ao evoluir dos próprios modelos teóricos de referência. É assim que, no respeitante a estes últimos, podemos evocar a passagem do modelo psicométrico ao clínico, e deste aos ecológico e comunitário, passando pelo investigativo. Ora, estes modelos de referência, cada um deles, foi apontando à intervenção algumas orientações de trabalho, de que

(*) Comunicação apresentada no Colóquio Psicologia e Educação, Lisboa, ISPA, 1994.

(**) Assistente, ISPA. SPO da Escola Secundária do Lumiar.

destacamos igualmente quatro momentos: num primeiro momento o psicólogo escolar vive principalmente preocupado com a avaliação, diagnóstico e encaminhamento dos alunos com necessidades educativas especiais, num segundo momento com a orientação, aconselhamento, terapia a nível individual, numa terceiro momento, centra-se na investigação aplicada, divulgação de saberes fundamentais e sua integração nas metodologias de ensino e, num quarto momento, dirige a sua intervenção preferencialmente sobre o contexto e aposta no enriquecimento do mesmo, como estratégia de prevenção.

Em todo o caso, e como sublinham alguns estudiosos da História da Psicologia (Bardon, citado por C. Coll, 1989, p. 321), a «evolução da psicologia escolar... deve entender-se mais como um processo de acumulação do que, como um autêntico processo de desenvolvimento». Ou seja, aquilo a que assistimos, não é tanto ao abandono e/ou integração dos diversos momentos da história da intervenção psicológica, à sua superação em quadros qualitativamente distintos dos anteriores, mas antes, à sucessiva adição de diversas orientações.

Sendo assim, torna-se evidente que o psicólogo educacional ao planificar a sua intervenção, tem de proceder a escolhas, visto que, dificilmente alguém possui a um nível suficientemente credível tão largas competências de intervenção, ou, possuindo-as, é duvidosa a possibilidade de cumulativamente as exercer.

Com vista à facilitação daquele processo de escolha e socorrendo-nos de C. Coll (1989), parece-nos particularmente interessante considerar a existência de quatro eixos englobantes do conjunto de funções que têm sido atribuídas à psicologia escolar, a saber:

- O primeiro eixo, relativo à natureza dos objectivos da intervenção, oscilaria entre um pólo psicológico e um outro de natureza mais pedagógica.
- O segundo, relativo às modalidades de intervenção, oscilaria entre uma intervenção enriquecedora (primária), uma intervenção mais preventiva (secundária) e uma outra de carácter correctivo (terciária).
- O terceiro remete-nos para o carácter mais ou menos directo das intervenções sobre o aluno e distribuir-se-ia entre uma interven-

ção directa ou imediata sobre o aluno e uma intervenção indirecta, mediatizada.

- Finalmente, um quarto eixo, sobre o lugar preferencial da intervenção, oscilaria entre uma intervenção mais centrada na sala de aula e uma outra mais centrada na instituição escolar, comunidade escolar, sistema educativo, comunidade em sentido amplo.

Se concordarmos que estes eixos cobrem praticamente todo o campo de intervenção do psicólogo educacional e se reconhecermos a necessidade prática de procedermos a escolhas, então podemos de facto admitir este quadro como um quadro-critério, com o qual, a partir do qual, operacionalizamos as necessárias opções.

Pela nossa parte, e ainda que grosseiramente, podemos indicar que a nossa intervenção tende a situar-se a meio caminho entre o pólo pedagógico e o polo psicológico, tende a ser mais enriquecedora que correctiva, mais indirecta e mediatizada do que directa ou imediatamente centrada no aluno e, consoante o campo de preocupações, tende a situar-se mais na sala de aula ou no contexto mais ou menos próximo com que aquele sistema interage.

Subjacente a esta orientação, encontra-se a convicção de que o psicólogo educacional deve privilegiar o trabalho em equipa com os outros agentes educativos, trabalho a realizar sem acanhadas modéstias, mas também sem presunçosos vedetismos. Incentivar a criação de espaços de participação e cooperação inter-profissionais, ou estar activamente presente nos já instituídos, colaborar muito especialmente com os elementos mais activos, abertos e empenhados, parece-nos ser uma orientação a privilegiar. São exemplo desses espaços as secções do Conselho Pedagógico – para o projecto educativo da Escola, formação, vida social, as comissões de coordenação de projectos, grupos de planificação e acompanhamento dos apoios educativos, grupos de análise de casos... Não se trata de anular a especificidade do olhar do psicólogo, mas antes de compreender que, implicando a prevenção e a resposta aos problemas, a montagem e concretização de estratégias de responsabilidade partilhada, estas não podem deixar de ter a marca de modos diversos de olhar as situações educativas, elas próprias aliás, já em si bem complexas.

Sem perder de vista o aluno, enquanto princi-

pal destinatário da intervenção, é muito no sentido de um trabalho de parceria com professores, pais e outro *staff* educativo que aquela se pode organizar.

Preferimos um clima de parceria centrado em projectos ou na análise e resolução de problemas pontuais, ao de consulta ou aconselhamento, porque, antes de mais, aquele parece-nos mais potenciador do desenvolvimento de um sentido de responsabilidade partilhada por parte de toda a comunidade educativa. A parceria parece-nos também mais adequada ao estilo aberto e desejavelmente pouco «misterioso» da nossa intervenção, à centração mais educacional que clínica do nosso modo de estar. Ela é igualmente reveladora do valor primordial que concedemos quer à diversidade dos olhares sobre a situação, quer ao papel a desempenhar pelos adultos significativos e pelos professores em particular, no sucesso educativo e no bem estar das crianças e dos jovens, através da qualidade da relação que com eles estabelecem. É também no contexto de um trabalho conjunto, que melhor podemos exercer a nossa influência, quer através das ideias e propostas que passamos e discutimos, quer através daquilo que nos disponibilizamos a fazer.

A abordagem que privilegiamos enfatiza o reconhecimento da importância da integração do psicólogo no quotidiano da Escola, na sua vida e no seu desenvolvimento enquanto organização. A participação com outros profissionais em equipas responsáveis por projectos, em frentes de trabalho ou em tarefas pontuais, que permitam enriquecer a Escola e, desse modo, favorecer o desenvolvimento académico e também pessoal e social dos alunos, é uma perspectiva que nos é particularmente cara. São exemplos possíveis dessa colaboração: a avaliação de necessidades com vista à montagem dos apoios educativos, a planificação dos apoios a nível da Escola e o acompanhamento e co-responsabilização na execução do plano, o estudo da oferta curricular e de complemento curricular possíveis, o incentivo e apoio sistemático ao desenvolvimento da participação dos alunos na gestão escolar, bem como ao efectivo exercício dos seus direitos de acesso à informação, a valorização da ligação da Escola à comunidade local através do acompanhamento de projectos potenciadores dessa ligação, o incentivo e apoio directo à criação de grupos de professores para análise de «casos», a operacio-

nalização do contributo do currículo académico às questões vocacionais, a preparação de reuniões com os pais...

Em todo o caso, gostaríamos de sublinhar que não se trata de tarefa fácil. Com efeito, as expectativas dos professores e dos pais relativamente ao papel do psicólogo não vão efectivamente nesta direcção, uma vez que se mantém marcadas por uma representação do psicólogo de cariz assentadamente clínico. Depois, um trabalho desta natureza, esbarra com obstáculos fortíssimos a nível dos recursos disponibilizados e também das rotinas, dos conteúdos e dos estilos de trabalho e de gestão mais arreigados nas nossas Escolas. Não é pois tarefa fácil – é contudo uma tarefa e uma perspectiva que consideramos necessárias para que as Escolas melhor cumpram as suas atribuições. Por isso aceitamos o desafio de ir dando em conjunto pequenos passos – algumas vezes, próximos do nosso entendimento das coisas, outras vezes, nem tanto.

É assim que nos parece bastante importante que o psicólogo deixe claro para os outros agentes educativos, o quadro geral em que se inscreve o seu plano concreto de intervenção e o seu modo geral de agir. Será igualmente bom clarificar para os outros, usando as palavras de Palazolli (1979, p. 3), aquilo que «não sabe, não pode ou não tem intenção de fazer». É necessário que clarifiquemos para nós próprios o modo como concebemos a nossa intervenção e é necessário ir incansavelmente clarificando isso junto dos outros parceiros educativos.

Não se trata de estabelecer um «credo» rígido e irrevogavelmente definido de uma vez por todas, mas antes de definir um guia para a acção e que em todo o caso se mantém flexível e aberto às exigências, aos particularismos, à vida, de cada Escola. Aliás, a eficácia da intervenção do psicólogo na Escola, tal como a concebemos, encontra-se estreitamente associada à capacidade que ele tem, quer de compreender aquele particular contexto de trabalho, quer de passar a sua mensagem, de tal modo que esta possa ser compreendida e integrada na intervenção de outros agentes educativos. É no equilíbrio entre o possível e o desejável, entre o realismo e os princípios, que os desafios podem constituir efectivos esteios de mudança na vida das pessoas, como na vida das organizações.

Trata-se ao fim e ao cabo de reconhecer que a

intervenção tem de assumidamente ser marcada pela realidade concreta desta e daquela Escola. Quer o conteúdo da intervenção, quer mesmo alguns aspectos relevantes do seu estilo não podem deixar de partir da consideração isenta e serena das características particulares de cada Escola, nomeadamente: o seu nível de desenvolvimento como organização, a leitura que os diversos agentes fazem sobre os problemas e necessidades mais prementes, a qualidade e quantidade dos recursos humanos com que conta, a natureza e volume dos seus recursos físicos, as características peculiares da população que serve, o seu grau de inserção na comunidade, a força e direcção das vontades.

Sublinhe-se também que a preferência concedida a uma intervenção mais preventiva e indirecta que pretende mexer com a organização e funcionamento da Escola e da sala de aula, não implica a recusa de atenção aos casos individuais, identificados, em regra, através do pedido explícito dos professores e, frequentemente, já em fase de crise declarada.

De qualquer modo, trata-se expressamente de optar por não alimentar a proliferação deste tipo de pedidos, dado que – a história mostra-nos – qualquer trabalhador social preferencialmente direccionado neste tipo de intervenção, rapidamente se vê enredado numa vivência profissional simultaneamente insatisfatória e de alcance limitado. Por outro lado, mesmo perante um «caso individual», é possível e desejável envolver e co-responsabilizar os outros adultos – pais, professores, direcção da Escola – na alteração da situação. Simultaneamente à ajuda directa concedida pelo psicólogo aos processos de mudança na criança ou no jovem, aquele deve estimular a *participação de pais e professores à análise daquilo que também eles podem mudar* – no seu estilo de relação, no contexto da interacção – e a operacionalização dessas mudanças. Com efeito, hoje a investigação mostra-nos em termos de tecnologia de mudança deste tipo de situações, a vantagem do modelo ecológico sobre o modelo médico tradicional. Segundo aquele modelo, trata-se de localizar o problema na interacção entre o indivíduo e o seu sistema, nas discrepâncias entre as capacidades e habilidades de uma dada criança e os pedidos ou expectativas do seu ambiente. Consequentemente a abordagem a montar é menos individualista e clínica e mais dirigida à

esfera total da vida da criança e ao seu desenvolvimento (Apter, 1982). Portanto, trata-se de atender aos casos individuais através de respostas que não se traduzem apenas na acção directa sobre o indivíduo – aliás, podem até não envolver este tipo de acção – e que visam introduzir mudanças no(s) seu(s) contexto(s) de vida, susceptíveis de beneficiar também outros indivíduos e/ou prevenir situações futuras.

A título de exemplo, observe-se a situação de um aluno cujo trabalho e material escolares se apresentam genérica e regularmente mal estruturados, arrastando estes factos prejuízos para a sua aprendizagem e rendimento académicos. Trata-se de uma situação que poderia eventualmente incluir em simultâneo: a integração do aluno num grupo onde, de um modo sistemático, fossem trabalhadas as competências de estudo que se tivesse julgado necessário; a integração de actividades de reflexão, treino e controlo daquelas competências nas actividades correntes da sala de aula e sob a responsabilidade dos professores, o que introduziria possíveis mudanças nas práticas destes; a participação e responsabilização dos pais, nomeadamente através da promoção de atitudes mais activas e empenhadas, perante a organização do trabalho e do material escolar, do seu filho.

Naturalmente que por vezes nos confrontamos com situações particularmente complexas, em relação às quais metodologias daquelas se revelam insuficientes e mesmo vãs, ainda que sempre fossem implementadas num contexto relacional particularmente positivo. Só a avaliação cuidadosa de tais situações nos pode indicar a vantagem de uma intervenção marcadamente terapêutica e sendo esse o caso, cabe perguntar se é ao psicólogo na Escola e se é no contexto escolar, que aquele tipo de intervenção tem melhores condições de eficácia, e se, tendo-as, as tem sem prejuízo da eficácia geral do próprio serviço.

A nossa resposta, como se depreende do que vem sendo dito, não é favorável a esse tipo de intervenção em contexto escolar.

Outra condicionante da intervenção do psicólogo, vem-nos dos normativos que regulamentam o funcionamento da instituição escolar. No nosso caso e no nosso presente, saliente-se que, o quadro legislativo em que agora os psicólogos são chamados a intervir na Escola, alarga substancialmente as suas funções. Assim, recorde-se

que no caso das Escolas do 3.º Ciclo e Ensino Secundário, a psicologia entrou predominantemente através das funções de «orientação escolar e profissional», como aliás sucedeu em diversos outros sistemas educativos. Hoje, na sequência da aprovação da LBSE, veio a ser aprovado um vasto leque de legislação complementar, de que destacamos aquela que cria – pelo menos, formalmente – os novos Serviços de Psicologia e Orientação (D.L. 190-91 de 17 de Maio).

Independentemente do nosso posicionamento mais ou menos crítico face a este quadro legislativo, a verdade é que ele vem determinar um substancial alargamento do campo de intervenção do psicólogo na Escola, ao qual obviamente não podemos ficar alheios.

A instalação efectiva dos serviços e o aumento do número de profissionais por serviço é condição absolutamente indispensável à credibilidade dos mesmos e à sua real utilidade social. Este é aliás um critério altamente revelador da seriedade com que o ME encara as mudanças que diz querer introduzir no sistema que administra.

Aquele alargamento de funções traduz-se, no campo específico do 3.º Ciclo e Ensino Secundário pela determinação que os serviços desenvolvam a sua acção em três domínios: no domínio do apoio psicopedagógico a alunos e professores, no domínio do apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar e no domínio da orientação escolar e profissional.

Há uma certa fantasia de onipotência que parece perpassar por este e outros diplomas legislativos que enformam a reforma educativa em curso e que exigem de todos os agentes educativos, uma certa dose de paciência e bom senso.

Com efeito, ainda que se quisesse submeter a vida escolar aos sucessivos normativos que vêm sendo produzidos, a verdade é que não o conseguiríamos, tanto mais que nem os recursos humanos e materiais com que se conta permitem cumprir aquela fantasia.

E é assim que, também por estas razões, nos sentimos confrontados com a necessidade objectiva de fazer escolhas realistas, com base nas quais seja possível planificar a intervenção.

Como já dissemos, trata-se de escolhas abertas, flexíveis, negociáveis, sujeitas a sucessivos ajustamentos e reformulações mas, em todo o ca-

so, escolhas, selecções, assentes nas quais possamos planificar a nossa intervenção.

Em suma e para terminar, destaque-se que, em termos do processo geral de intervenção do psicólogo nas Escolas, procurámos salientar as seguintes ideias: a) planear a nossa intervenção na Escola tem como processo subjacente a realização de escolhas; b) as escolhas devem ser claras para o psicólogo e/ou para a equipa e para os outros agentes educativos de quem é activo parceiro; c) essas escolhas (abertas e negociáveis) e consequentemente o plano de intervenção são orientadas por diversos critérios, nomeadamente:

- opções teóricas e teórico-práticas de referência;
- pessoa do psicólogo/dinâmica da equipa;
- normativos da instituição escolar;
- características de cada Escola em particular;
- e por fim, mas em primeiro lugar, pela vontade de eficazmente contribuir para que as crianças e jovens disfrutem nas nossas Escolas de uma vivência escolar e pessoal bem sucedidas e de uma vida social de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

- Apter, S. Y. (1982). *Troubled children, troubled systems*. Oxford: Pergamon Press.
- Coll, C. (1989). *Conocimiento psicológico y práctica educativa*. Barcelona: Ed. Barcanova.
- Palazolli, M. S. et al (1979). *Les magiciens sans magie*. Paris: Les Ed. ESF.

RESUMO

Analisa-se alguns dos factores condicionantes da intervenção do psicólogo educacional na Escola, com especial destaque para a evolução da situação social, a história da psicologia, as características da instituição escolar e as de cada escola em particular. Refere-se ainda a interferência da história pessoal do psicólogo e a dinâmica da equipa de trabalho, no estilo da intervenção.

Articula-se o reconhecimento da complexidade do contexto e das referências da intervenção com a necessidade de o psicólogo proceder a escolhas.

Dá-se conta de um modo de operacionalizar essas escolhas e respectivos conteúdos

ABSTRACT

This paper analyses some factors which regulate the intervention of the educational psychologist on school settings, stressing the development of social situation, psychology history the characteristics of the educational institution and specific school characteristics.

We also refer the interference of psychologist's individual history and the teamwork dynamics upon the intervention style.

The recognition of context complexities and intervention framework are linked with the need to the psychologist make some choices.

An exemplification of a particular manner and contents of those choices are given.